



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 22 de abril de 2025 - Ata n.º 29.

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. A Sr.^a Presidente, Deputada **Flávia Francischini**, secretariada pelos Sr.^s Deputados **Gugu Bueno** (1.^a Secretário) e **Maria Victória** (2.^a Secretária), “sob a proteção de **DEUS**”, iniciou os trabalhos da **29.^a Sessão Ordinária da 3.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): “Sob a proteção de Deus”, iniciamos a Sessão Ordinária desta terça-feira. Consulto o 1.^º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Sim, Sr.^a Presidente. (Procedeu à leitura dos documentos protocolados que compunham o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 26/2025** da Anac, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 219/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei Complementar n.º 1/2025, que foi convertido na Lei Complementar n.º 278; **Ofício n.º 224/2025** da Casa Civil,



encaminhando relatório sobre conservação do Patrimônio Público Estadual e projetos em andamento, elaborado pela Secretaria de Estado da Fazenda, referente ao exercício de 2025; **Ofício n.º 429/2025** da Prefeitura de Telêmaco Borba, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Tito Barichello.

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.º 29/2025 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 247/2025) que autoriza a desafetação e a transferência de trechos da rodovia Estadual PRC-487 ao município de Ipiranga; **Mensagem n.º 30/2025** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 248/2025) que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2026.

Era o que tínhamos, Sr.^a Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Por proposição da Deputada Luciana Rafagnin, o Grande Expediente de hoje está destinado para ouvirmos o Sr. Fabio Porta, Deputado na Câmara dos Deputados da Itália. Ele exerce a função de Presidente da Associação de Amizade Itália/Brasil e da UIM – União dos Italianos no Mundo, além de Vice-Presidente do ICPE – Instituto Para Cooperação com os Países do Exterior e da Associação Focus Europe, e falará sobre o Decreto que altera as condições para o reconhecimento do direito à cidadania italiana. Anunciamos também e agradecemos a presença da Sr.^a Marisa Barbato, Professora na UFMG, italiana residente no Brasil; Sr. Ângelo Vanhoni, Vereador de Curitiba; Sr. Leones Dall’Agnol, acompanhando a agenda do Sr. Fabio Porta; Sr. Paulo Rossi, Presidente da Fenascon; e Sr. Carlos Alberto Goulart, italiano residente no Brasil. Neste momento passo, então, a palavra à proponente deste Grande Expediente, Deputada Luciana Rafagnin.



DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhora Presidente, Senhores, Senhoras, Deputados, Deputadas, é uma alegria muito grande fazer uso deste espaço neste dia, no qual quero aqui saudar e dizer que é uma alegria muito grande receber o Deputado Fabio Porta, nosso Deputado sociólogo, político, italiano radicado no Brasil, e também da Professora Marisa Barbato, no qual quero saudar todos os nossos visitantes, na pessoa também do Vereador Ângelo Vanhoni, dar as boas-vindas a todos os visitantes. Dizer que é uma alegria muito grande recebermos aqui o Deputado e também falar um pouquinho – a Presidente já citava um pouco o currículo do nosso visitante. Dizer, Deputado, que é uma alegria saber que, desde 1998, V.Ex.^a reside em São Paulo, foi eleito Deputado para a Câmara dos Deputados na Itália em 2008, pelo PD – Partido Democrático, sendo eleito pelos italianos residentes na América do Sul. Reeleito também em 2013 e novamente eleito para Câmara dos Deputados em 2022. Atualmente é o único político radicado no Brasil a ocupar uma cadeira na composição do Parlamento Italiano. Em 1998, foi um dos fundadores do Centro Espaço dos Sonhos, da Associação Ponte Brasilitália, uma entidade socioassistencial que se dedica às famílias carentes e seus filhos. Em 1999, foi nomeado Conselheiro Técnico da Câmara de Comércio Italiano de São Paulo. Em 2000, participou, em Roma, da primeira Conferência dos italianos no mundo e foi uma das testemunhas relatoras no Seminário Internacional sobre Solidariedade e Cooperação. O nosso visitante vem, nesta tarde a esta Casa, para falar um pouco sobre o Decreto-Lei em discussão no Parlamento Italiano que retira dos descendentes o direito à cidadania italiana a partir da segunda geração. A medida prejudica milhões de descendentes de italianos em todo mundo e é considerada uma medida inconstitucional. Estima-se que, no Brasil, existam mais de 40 milhões de ítalo-descendentes. Por isso, quero dizer que seja bem-vindo aqui, Deputado Fabio Porta, agradeço muito a sua presença e, com certeza, o assunto abordado nesta tarde por V.Ex.^a é um assunto de interesse de todos estes Parlamentares. Seja bem-vindo. Muito obrigada, Presidente.



SR.ª PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Ouviremos agora o Ex.^{mo} Sr. Fabio Porta, Deputado ítalo-brasileiro.

SR. FABIO PORTA: Boa tarde a todos, a todas. Agradeço, em primeiro lugar, à Deputada Luciana Rafagnin que, já pelo sobrenome e pelo jeito de ser uma boa companhia aqui neste Plenário, traz as suas raízes italianas. Quero cumprimentar todas, todos os Deputados, Deputadas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; a Deputada Maria Victoria, que já tive a honra de conhecer em Roma; o meu amigo Deputado Vanhoni – sempre Deputado –, Vereador; a Marisa Barbato, que está hoje comigo representando o Partido Democrático na América do Sul; os Secretários da Mesa, os convidados; Paulo Rossi, representando também o movimento sindical, que tanta importância teve... tem na minha trajetória política e profissional, além de humana aqui no Brasil. São 30 anos que eu vivo no Brasil. Casei com uma brasileira de São Paulo 25 anos atrás. Tenho duas filhas nascidas no Brasil e esta é a minha segunda pátria, se é possível falar de primeira ou de segunda pátria, quando as pessoas, e vocês são exemplos, cidadãos que têm dupla cidadania sabem quanto o amor pelas duas pátrias – neste caso a Itália e o Brasil – é tão importante. Então, quero agradecer a vocês porque posso fazer uso da palavra em uma sede tão importante, em uma Assembleia Legislativa de um estado historicamente ligado a nossa história, história da comunidade italiana no Brasil, a maior comunidade italiana fora da Itália e, principalmente, porque esta oportunidade é concedida em um momento especial para mim e para toda comunidade italiana que vive no exterior. Em primeiro lugar, porque estamos na véspera de uma importante comemoração. Nós, italianos, no dia 25 de abril, comemoraremos 80 anos da libertação do nazismo e do fascismo, ou seja, o início da democracia e da República Italiana – porque, até então, a Itália era uma monarquia, que, junto ao fascismo, levou a Itália a uma guerra destruidora que, inclusive causou a imigração de muitos italianos fora da Itália, uma imigração que começou no final dos anos 1800 e continuou no início do século passado, onde a maior parte dos nossos imigrantes foi, justamente, para o Brasil. E quero lembrar



esses 80 anos de liberdade, de democracia, porque, falando em cidadania, temos uma dívida histórica enorme com este País que é o Brasil, porque o Brasil foi o único país que enviou próprias tropas, soldados a morrer pela liberdade de nós italianos, de um lado e outro do oceano, e foi o único país da América Latina a ter essa grande responsabilidade. Hoje quem vai para a Itália não deve deixar de visitar o cemitério, o Memorial de Pistoia, que representa o sacrifício dessa grande comunidade ítalo-brasileira. A oportunidade que hoje me é dada neste Plenário é de falar, brevemente, sucintamente, de um Decreto, de uma Medida Provisória que foi baixada pelo Governo Italiano no dia 27 de março. Uma Medida Provisória normalmente é um tipo de decisão, de normativa que o Governo toma em situações de grande emergência: segurança nacional, alguma tragédia de ordem pública ou catástrofe natural. Foi tomada essa medida para bloquear, da noite para o dia, a transmissão de cidadania *jus sanguinis*, que foi, por anos, por quase um século – e depois foi renovada na última Lei de Cidadania de 1992 – um fundamento da nossa pátria, da nossa Constituição. E por que a Itália tem uma Lei de Cidadania que permite a transmissão pelo sangue da própria cidadania? Justamente porque é um país que tem a maior comunidade de imigrantes fora do próprio território nacional e essa comunidade emigrou não por própria opção, mas porque foi obrigada a fazer para ajudar quem ficou no nosso País a continuar a sobreviver. E o sacrifício dos milhões de italianos que foram viver, morar, trabalhar fora da Itália, ajudou a Itália a se reconstruir depois da 1.^a e da 2.^a Guerra Mundial. A Itália, hoje, não seria a mesma sem essa contribuição fundamental da nossa comunidade que vive no exterior. E se hoje, como muitos reclamam – alguns dos autores deste Decreto –, não se fala italiano em grandes países ou com grande frequência – em grandes países como no Brasil – é justamente porque, por exemplo, durante a 2.^a Guerra Mundial, foi proibido falar italiano, foram fechadas as escolas italianas, ou seja, foi proibido de transmitir a própria cultura, a própria língua às sucessivas gerações. Hoje essa proibição o governo italiano quer fazer aos próprios descendentes que vivem no exterior, de uma forma muito rígida, inclusive não somente se quer limitar a transmissão de cidadania até a segunda



geração – ou seja, até os netos –, mas se quer também proibir que quem não nasceu na Itália – ou seja, nasceu aqui no Brasil ou em outros países de grande imigração italiana – continue a transmitir o próprio direito de cidadania. Para fazer um exemplo, vocês têm muitos exemplos em casa que têm cidadania italiana: as minhas filhas, que nasceram aqui, não transmitirão mais, se o Decreto for confirmado pelo Parlamento Italiano, a própria cidadania, porque precisa ser nascido na Itália ou precisa viver na Itália até dois anos antes de transmitir a cidadania aos próprios filhos. Então, uma norma injusta, uma norma que foi tomada sem discutir em uma forma adequada junto ao Parlamento, junto à sociedade civil, junto à comunidade italiana no exterior. Temos agora 60 dias para aprovar ou para reprovar esta decisão do Governo – na realidade, os 60 dias já estão correndo. Nós, do Partido Democrático, sem dúvidas – espero também de outros partidos –, estamos já lutando para convencer o Governo da erroneidade, da gravidade, da injustiça desta decisão. Se não for possível eliminar totalmente esse Decreto, vamos tentar, apresentando emendas, modificá-lo em algumas partes. Em primeiro lugar, para que o Decreto ou essa nova Lei passe a valer somente a partir do dia seguinte da própria aprovação, para as pessoas que nascerão depois da nova normativa. Vamos lutar para que essa forma de discriminar quem nasceu na Itália de quem nasceu fora da Itália seja eliminada do que está escrito no Decreto. Vamos tentar aumentar a transmissão da cidadania à terceira, à quarta geração, se é possível. Vamos respaldar o direito de milhares de pessoas que já estão com o próprio pedido junto aos consulados, junto às entidades, como as prefeituras, que têm o poder de reconhecer esse direito que é a cidadania. O que achamos injusto, e termino, são duas coisas principalmente, além da maneira antidemocrática – e diria, até, anticonstitucional – de agir, tudo isso já está levando no mundo inteiro à organização de grandes manifestações contra essa decisão. Mas as duas coisas são, principalmente, o fato que essa lei vai contra os interesses do nosso País. A Itália, hoje, é um país com grande déficit demográfico, é o país no mundo que menos faz filhos, ou seja, um país destinado em 30, 40 anos a ver cortada pela metade a própria população. O que significa



não conseguir mais sustentar o nosso sistema social, o nosso sistema de aposentadoria, o nosso sistema de saúde. Significa não ter um sistema e um mercado de trabalho competitivo com o de outros países. Eu, inclusive, apresentei proposta da lei para favorecer a volta dos nossos ítalo-descendentes porque precisamos dessa mão de obra, precisamos nas universidades dessas pessoas, no mundo do trabalho e queremos que, como os ítalo-descendentes possam conhecer e trabalhar, estudar o nosso país, também os nossos filhos italianos possam ter a mesma possibilidade em uma reciprocidade total de conhecer, trabalhar, estudar no Brasil. Coisa que aconteceu com as minhas filhas, por exemplo. E a outra coisa que mais doeu no fundo do coração foi a maneira com que o nosso Ministro de Relações Exteriores apresentou à opinião pública italiana as motivações que levaram o Governo a decidir dessa forma urgente, dessa forma drástica. Fomos apresentados como os oportunistas, como pessoas que querem somente tirar um proveito e umas vantagens da cidadania italiana, falando coisas erradas, como, por exemplo, que o italiano que reside no exterior tem os mesmos direitos na área do atendimento da saúde que o italiano que vive no território nacional. Ou seja, o Decreto, a Medida Provisória foi apresentada de uma forma hostil, gerando hostilidade mesmo na opinião pública italiana com a própria comunidade que vive no exterior. É um ato injusto. Tenho certeza que todos os italianos, independentemente da cor política, independentemente das próprias ideias, lutarão, na Itália e fora da Itália no próximo sábado, 26 de abril, em São Paulo, no próximo 3 de maio em Roma, em outras cidades do mundo, teremos manifestações públicas contra esse Decreto. Tenho certeza que esta voz que também – e agradeço vocês por terem me dado este espaço – sai e vai para o céu, e do céu vai para a Itália aqui da Assembleia Legislativa do Paraná e chegará aos nossos governantes para entender que fizeram uma coisa errada, injusta e que a maneira melhor para finalizar as comemorações dos 150 anos da imigração italiana no Brasil – que foi terminada em 2024 – é reconhecer esse erro e restituir o próprio direito de cidadania aos milhões de italianos que vivem no Brasil. A



maior e a melhor comunidade italiana que vive fora da Itália. Muito obrigado.
Grazie a tutti! (Aplausos.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Neste momento, **suspendo a Sessão** para os registros fotográficos. Gostaria de anunciar também aqui a presença dos Vereadores de Ampére, Sr.^s Ademir de Oliveira, Alex Cesca e Jonas Tyc, a pedido do Deputado Professor Lemos. Também dar as boas-vindas aos alunos do Colégio Estadual Professor Elias Abrahão, acompanhados pelos Professores Graziela e Rutieli. Sejam muito bem-vindos.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): **Está reaberta a Sessão.** Próximo orador no Pequeno Expediente: Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cumprimento o Líder do Governo, cumprimento o Líder da Oposição, cumprimento a imprensa livre que nos assiste, cumprimento com muita honra os alunos do Colégio Estadual Professor Elias Abrahão, acompanhados pelos Professores Graziela e Rutieli e lhes convido para irem ao gabinete do Delegado Xerifão em momento posterior, que serão muito bem recebidos. Está certo, pessoal? Abraço para vocês. Vou aguardar vocês lá, hein, combinado? Combinado, então. Cumprimento o meu assessor Roni, que se encontra, o Pastor Marcelo da Igreja O Alvo, que faz tanto bem para a sociedade. Cumprimento também o Bispo Rafael, querido. Cumprimento você, cidadão de bem e cidadão honesto, que me assiste através da *TV Assembleia*. Senhores, utilizo a tribuna hoje para fazer uma denúncia gravíssima. A nossa democracia está em risco, Sr. Líder do Governo. A nossa democracia está sendo afundada. Os princípios constitucionais estão sendo apagados e enterrados. O nosso Código Penal está



sendo rasgado; o nosso Código de Processo Penal, deixado de lado; a nossa Constituição Federal, olvidada, esquecida. Em um dos últimos julgamentos do Supremo Tribunal Federal, a nossa Corte Constitucional, em mais uma ilegalidade, Deputado Leônidas, mandou recolher os aparelhos de comunicação celular das partes que se encontravam, de eventuais testemunhas, dos advogados e de todos os presentes. Os aparelhos de comunicação celular, Deputado Guerrinha, foram ensacados e lacrados pelo Supremo Tribunal Federal. No entanto, o Brasil é uma democracia e é pautado por leis. O que diz a nossa Lei, o Código de Processo Civil, que é esquecido pelo Supremo Tribunal Federal? O que diz o Código de Processo Civil, Deputado Renato? No art. 367, §5.º: “*A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio, em meio digital ou analógico*”. No §6.º, Sr. Líder do Governo: “*A gravação a que se refere o §5.º também pode ser realizada, diretamente, por qualquer das partes*”. Vou repetir: *qualquer das partes*. O que aconteceu no Supremo Tribunal Federal? Deputada Cloara, foram proibidos de utilizar instrumentos que possam filmar. Então, diz o §6.º: “*A gravação a que se refere o §5.º – estou repetindo – também pode ser realizada, diretamente, por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial*”, Deputado Arruda. Não precisa autorização judicial para gravar audiência, salvo assuntos que, efetivamente, possam causar danos às partes. Interesses, por exemplo, individuais, interesses que mexam com questões da intimidade das pessoas, mas não é o caso. O dia 8 de janeiro é um caso público, é um caso que interessa a você que me assiste e interessa a todos nós. A grande imprensa vê o Código de Processo Civil ser apagado. A grande imprensa vê a Constituição Federal ser apagada, no art. 37 que trata dos princípios da legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência e ninguém diz nada. Não vejo a *Rede Globo* se manifestar – ela que diz que lutou pela democracia no passado, contra a ditadura, Deputado Arruda. Não vejo! Não vejo a *Rede Globo* se manifestar. Não vejo a *UOL* se manifestar. Não vejo o jornal *Folha de S.Paulo* se manifestar. E estão todos em silêncio. Quando o silêncio advém daqueles que têm a obrigação de falar, temos a concordância. Então, esses



instrumentos que levam a informação à sociedade, Deputado Litro, fazem o quê? Concordam com a supressão da nossa legislação, proibindo o quê? A publicidade sem respaldo legal. E aí os ministros do Supremo Tribunal Federal fazem o que querem e quando querem. Como se o Brasil... (É retirado o som.) Usarei, então, o Horário da Liderança para continuar minha explanação. Esses ministros do Supremo Tribunal Federal agem como se o Brasil lhes pertencesse e eles produzissem a legislação que lhes interessasse, quando interessasse. Esse é o inquérito das *fake news* que tramita até hoje, *sine die*, sem prazo, por tempo indeterminado, senhores, que podem investigar qualquer um de vocês. Isso mesmo! Qualquer um de vocês dos 54 Deputados Estaduais desta Casa pode ser investigado por esse inquérito que tramita por tempo indeterminado e que causa danos a toda a sociedade. Então, onde está a grande imprensa? Eu não tenho medo, porque o medo não faz parte do meu vocabulário. Quero que a sociedade se manifeste, quero ver a imprensa cobrando do Supremo Tribunal Federal a legalidade, o princípio da legalidade. Não há crime sem lei anterior que o defina, não há crime sem prévia cominação legal, que, aliás, é o art. 1º do Código Penal. Agora, esse mesmo jornal, *Folha de S.Paulo*, que silencia em relação ao descumprimento da legislação que proibiu a utilização de aparelhos celulares no Supremo Tribunal Federal é o mesmo jornal que fez uma publicação na Sexta-Feira Santa, Deputado Leônidas, colocando em dúvida a traição de Jesus por parte de Judas, dizendo o seguinte: “*Judas traiu Jesus ou Jesus traiu Judas?*” Jornal *Folha de S.Paulo*! E faz uma análise, dizem que Judas, por zelote, que participava daqueles grupos que tinham como escopo recuperar o poder da Judeia dos hebreus contra os romanos e utilizava a força, teria feito um acordo com Jesus, com base em um evangelho “apócrifo”. O que é apócrifo? Sem nome, sem assinatura. E com base nisso, então, teria havido um acordo, segundo a *Folha de S.Paulo*, Deputada Cloara, entre Jesus e Judas e, na realidade, quem teria traído o outro não foi Judas, foi Jesus quem teria traído Judas por não ter utilizado a força naquele momento para recuperar o poder dos hebreus. Senhores, colocando em dúvida os quatro Evangelhos, Mateus, Marcos, Lucas e João. O mesmo jornal



que está em silêncio aqui, o mesmo jornal que não cobra os princípios constitucionais agora coloca em dúvida a figura de Jesus Cristo! Por quê? Em plena Sexta-Feira Santa! Dizendo, então, de forma direta, que Mateus mentiu, Lucas mentiu, Marcos mentiu. Então Mateus, Marcos, Lucas e João, todos faltaram com a verdade nos Evangelhos, Pastor Marcelo? Acho que não! Acho que tem um jornal que está trazendo inverdades, trazendo mentiras, e é o mesmo jornal que fica em silêncio em relação ao descumprimento dos preceitos constitucionais. A sociedade tem que se manifestar. Vou oficiar a OEA, Organização dos Estados Americanos; vou oficiar a ONU, Organização das Nações Unidas – peço ao Deputado Arruda que oficie comigo; vou oficiar também a Ordem dos Advogados do Brasil, em nível estadual, federal e municipal, para que tomem providências, ajudem-nos na busca da legalidade. Porque o que está acontecendo aqui no Brasil, senhores, é o enterro sem ressurreição da democracia. Porque a democracia não vai ressurgir e não vai renascer, porque uma democracia destruída, Sr. Presidente, demora décadas, séculos muitas vezes, para se restabelecer. E o que vivemos hoje é um momento triste para todos nós, com a grande imprensa calada, em silêncio, quando o direito é deixado de lado. E, não satisfeitos em deixar o direito de lado, deixaram a Bíblia Sagrada de lado. Muito obrigado.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Evandro Araújo.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhora Presidente Flávia, Mesa Executiva, Sr.^s e Sr.^{as} Deputados e Deputadas, hoje me uno a milhares de vozes ao redor do mundo para prestar homenagem à memória de um homem que marcou a nossa época com a sua fé corajosa, sua simplicidade e sua profunda humanidade, o Papa Francisco. Desde aquele 13 de março de 2013, quando foi eleito o primeiro Papa latino-americano e escolheu pela primeira vez o nome de Francisco, em referência ao santo da pobreza, da paz e das criaturas, já ficava



claro o que viria: um pontificado voltado ao essencial do Evangelho, à misericórdia, à justiça social, ao cuidado com os mais vulneráveis. Homem de oração, profundamente mariano, de uma espiritualidade profunda, na sua humanidade latente se fez servo de todos. O Papa Francisco foi o papa dos pobres, porque colocou os últimos em primeiro lugar; visitou favelas, lavou os pés de presidiários, acolheu refugiados e fez da periferia o centro de sua missão pastoral. Foi o papa da ecologia, porque nos ensinou que cuidar da criação é um dever espiritual; na Encíclica *Laudato Si'*, fez um apelo profético por uma ecologia integral, unindo fé, ciência e responsabilidade ambiental. Foi o papa defensor da vida e da família, denunciou o mal do aborto e das ideologias que ferem a identidade e a própria dignidade humana como filhos e filhas de Deus. Foi o papa da paz, porque construiu pontes entre povos, culturas e nações; visitou países em guerra, como Sudão do Sul e Iraque, fez apelos históricos contra a violência e pela cultura do encontro. Foi o papa do diálogo, porque dialogou com líderes muçulmanos, judeus, budistas, evangélicos e de matrizes africanas. Um dos gestos mais marcantes foi a histórica assinatura, em Abu Dhabi, do documento sobre a Fraternidade Humana, ao lado do Imã de Al-Azhar. Foi o papa da coragem, porque enfrentou as estruturas de poder, denunciou a indiferença global diante da pobreza, do tráfico humano, das explorações de nossas crianças e do abuso de nossas crianças. O papa que enfrentou o mal da pedofilia, que denunciou erros na própria Cúria. Foi o papa da coragem, como já disse. Foi o papa da fraternidade, porque sonhou um mundo em que todos fossem, como escreveu na Encíclica *Fratelli Tutti*, irmãos e irmãs superando muros, preconceitos e divisões. Foi o papa do acolhimento, porque jamais fechou as portas da Igreja para quem sofre; acolheu pessoas em situação de rua no Vaticano, abriu espaços para os que se sentiam excluídos e proclamou o ano santo da misericórdia para lembrar que Deus nunca se cansa de perdoar. Foi o papa da ternura, porque olhou cada pessoa com compaixão; seus gestos, abraços, silêncios e sorrisos revelaram um rosto humano e acessível da fé cristã. Foi o papa da alegria, porque anunciou com coragem, na *Evangelii Gaudium*, a alegria do Evangelho e mostrou



que a fé cristã não é peso, mas encontro vivo e pessoal com Jesus Cristo. E foi, acima de tudo, o papa da esperança, porque mesmo em tempos sombrios nos convidou a confiar, a amar e a recomeçar. Aliás, estamos no ano do Jubileu da Esperança, proclamado por ele por ocasião dos 2025 anos do nascimento de Jesus. Senhora Presidente, o Papa Francisco deixa um legado que não pertence apenas aos católicos, ele foi um líder espiritual para toda a humanidade, um farol ético em um mundo em crise. Sua voz continuará ecoando como apelo à dignidade, à paz, à solidariedade e ao cuidado com a vida em todas as suas formas. (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Obrigado, Presidente. À Santa Sé, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, aos irmãos e irmãs da Igreja Católica e a todos os homens e mulheres de boa vontade, expresso minhas solidariedades e minhas orações e peço a Deus que, como Francisco, possamos ser instrumentos de paz, justiça e reconciliação e seguir o seu exemplo. Muito obrigado, senhoras e senhores.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Hoje faço de minhas palavras homenagem ao Papa Francisco, a quem tive o prazer inenarrável de visitar, há dois anos, quando fizemos uma manifestação na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, pedindo o fim do racismo e a valorização da vida humana. Alguns hipócritas religiosos disseram que havíamos profanado um templo sagrado, enquanto, na verdade, estávamos trazendo para dentro da igreja a memória de Moïse Kabagambe, homem negro, africano, estrangeiro, brutalmente assassinado ao reivindicar os dias trabalhados em um quiosque no Rio de Janeiro –



exatamente as pessoas que andavam com Cristo, os estrangeiros, os pobres, os pequenos. E foi para os pequenos que o Papa Francisco aceitou a missão do Vaticano. E quando no encontro *Economia de Francisco* fiquei perplexo, porque o Papa rechaçava um modelo de organização política e econômica que temos hoje em dia: o capitalismo selvagem, que transforma todas as relações em relações mercantis; a democracia frágil que ouve apenas a voz do dinheiro, dos poderosos, que opprime os mais fracos. Ele, Francisco, ajudava a construir uma nova sociedade, *Fratelli Tutti* – uma sociedade fraterna. E o meu encontro foi também milagroso. Fui à Itália cassado, sem mandato, sem perspectiva, entristecido pela fúria dos linchadores. *Rede Massa*, *RIC TV*, *RPC*, Pastor Feliciano, Pastor Malafaia, todos me condenando sem saber o que de fato havia acontecido naquela manifestação. O Papa nos ouviu, recebeu uma carta de reivindicações em nome da população negra brasileira, o último país da história no mundo a abolir a escravidão. E pasmem, no dia de encontrar pessoalmente o Papa, naquela manhã, acordei ansioso, peguei o meu celular... O meu colega de quarto era estrangeiro, eu não falo inglês, não falo a língua dele que nem sei que país que ele era, que não era nem inglês – não falo – e ele não tinha muita paciência... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Acordou e foi ao encontro e eu me vi sozinho. Peguei o meu celular, travado. Desliguei o celular, reiniciei e estavam lá um milhão de mensagens: “*Ministro Roberto Barroso decide e reconduz Vereador Renato Freitas ao Parlamento Municipal*”. Foi com certeza obra das boas energias, do bem querer dos homens de boa vontade que estavam todos convergindo em interesses em Assis... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir. Tem o Deputado Lemos que vai falar no Horário da Liderança.



DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Eu vou dar continuidade à minha fala, com a anuência do Deputado Lemos, no Horário da Liderança.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Ok.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): São Francisco de Assis. O nosso Papa não era da Ordem Franciscana e mesmo assim nomeou a si próprio como Francisco. Em tempos onde os religiosos esqueceram o perdão e andam sempre com uma pedra na mão para linchar, para dizer “*bandido bom é bandido morto*”, o Papa ia até a prisão onde ficam os bandidos e lavava os pés dos aprisionados, em um gesto de humildade e de perdão. Em tempos de guerra, o Papa rezava pelas vítimas da Faixa de Gaza. Em tempos de imperialismo, o Papa reivindicava a soberania da América Latina, da Ásia, da África, dos continentes colonizados, explorados pelo Império Europeu. Em tempos de arrogância, de prepotência, o Papa pedia desculpas, em nome da Igreja, pelos erros que não foram por ele cometidos, mas pela instituição. Quando as pessoas haviam esquecido que Deus é o caminho, a verdade e a vida; quando aqui no Paraná vemos a política induzir as autoridades a se desviarem do caminho, se fundamentarem em mentiras e promoverem a morte, o Papa Francisco disse que era importante a participação política dos cristãos. Mais do que discurso, posts no *Facebook* e no *Instagram*, versículos bíblicos decorados, é necessário falar, denunciar, se posicionar ao lado do órfão, da viúva. E não há como esquecer que semana passada um jovem de 20 anos teve a sua vida desperdiçada. Foi assassinado pela Polícia Militar do Estado do Paraná. Ele estava de moto e não estava cometendo nenhum crime e, mesmo assim, foi assassinado... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): ... deixando a sua esposa grávida de uma criança de sete meses. Portanto, deixando um órfão e uma viúva. E o policial, que



se desviou do caminho, se fundamentou em uma mentira, que foi exposta pelas câmeras de vídeos da vizinhança. E a mentira gera a morte. Recentemente, em uma briga de trânsito, outro policial assassinou outro jovem, que deixou outra viúva e outro órfão. A Igreja, que não é perseguida pela justiça, é porque é cúmplice da injustiça. E a justiça dos homens... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): E a justiça dos homens, da Assembleia Legislativa e dos Poderes constituídos não nos satisfaz.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Passamos agora para o Horário da Liderança da Oposição, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Presidente, *pela ordem*, bem rapidinho, para anunciar a presença do Prefeito de Leópolis Leomar e o Pastor Josias, o Vice-Prefeito.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Muito bem-vindos.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O mundo todo lamentou a morte do Papa Francisco. Chefes de Estado, líderes religiosos, cidadãos comuns se uniram em reconhecimento a sua trajetória. E isso nos diz muito, o Papa Francisco cumpriu a sua missão. Hoje prestamos uma homenagem a esse líder que marcou seu tempo, o nosso tempo. Seu falecimento nos convida a refletir, não apenas sobre a sua fé, mas sobre sua coragem em defender um mundo mais justo e também mais humano. Um papa que falava com os olhos voltados aos de baixo. Falando com clareza sobre a relação entre injustiça e dignidade. O Papa afirmou: “*não há democracia com fome, nem desenvolvimento com pobreza, nem justiça com desigualdade*”. Essas palavras dialogam diretamente com o que a gente defende aqui nesta Casa de Leis: que políticas públicas precisam ser alcançadas a quem mais precisa. A luta desta Oposição é por igualdade no Paraná. Na



Assembleia também nos posicionamos com firmeza em defesa de um Paraná que inclua e não abandone as pessoas. Questionamos prioridades orçamentárias, denunciamos retrocessos em áreas sociais e defendemos um Estado presente, sobretudo onde a vida é mais dura. Contra toda forma de exclusão, o Papa Francisco disse com clareza: *“que não haja espaço para o ódio, discriminação ou exclusão”*. E nós acreditamos que o papel do Poder Público é promover pontes, não muros. Isso vale para a educação, para a saúde, para a cultura e, principalmente, para a política. Sobre a repressão a manifestações o Papa alertou: *“em vez de justiça social, spray de pimenta”*. Quando comunidades se levantavam para reivindicar dignidade, o dever do Estado é escutar e não calá-las. No Paraná, por exemplo, vimos acontecer isso com estudantes, professores, movimentos sociais que protestam contra terceirização das escolas, contra a privatização da Copel. Em vez de diálogo, houve truculência. E uma coisa que o Papa sempre defendeu fosse que a economia estivesse a serviço da vida, e não a vida a serviço da economia. Em uma fala, o Papa foi certeiro: *“o dinheiro deve servir e não governar”*. E aqui, esta Oposição tem combatido a entrega do patrimônio público – como a Copel, como a Celepar – ao capital privado, com tarifa subindo e qualidade caindo. Questionamos o modelo que transforma direitos, como educação em mercadoria. Pobreza nunca foi e nunca é falta de fé, mas sim falta de justiça. E, para aqueles que confundem a compaixão com a ideologia, o Papa Francisco deixou claro: *“O amor aos pobres está no coração do Evangelho e não é comunismo. A defesa dos mais vulneráveis não deveria ser bandeira de um grupo e sim responsabilidade de todos”*. O Papa Francisco foi um legado vivo, nos ensinou que a fé não está dissociada da ação, que a coerência entre o discurso e a prática é o que dá sentido à política e também à espiritualidade. Que o exemplo de Francisco inspire a nós fortalecermos uma política que não desista das pessoas, que trabalha...

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Concede um aparte, Deputado?



DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... com escuta, com empatia e com coragem. Que a sua memória viva, nos impulsione a seguir lutando por dignidade, não como discurso, mas como prática política diária. Deputada Luciana.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Obrigada pelo aparte, Deputado Arilson. Quero cumprimentar V.Ex.^a pelo pronunciamento e dizer que somamos neste momento, um momento de dor. O mundo todo sente profundamente a perda desse grande líder espiritual. Lembrar aqui que o Papa Francisco deixava bem claro que não poderíamos viver a fé sem ação, que não temos como separar a fé da vida real. Então, por isso, é importante termos presente o que é o verdadeiro significado do Evangelho que tanto pregava, a questão dos excluídos da sociedade. Ele passou a sua vida, principalmente esses 12 anos, pautado na luta pela inclusão social, buscando sempre a defesa dos mais pobres, dos marginalizados, realmente dos excluídos, buscando, trabalhando, cada vez mais, para termos um mundo de justiça social. Então, fica aqui os nossos profundos sentimentos por essa perda desse ser humano incomparável. Quero aqui parabenizar V.Ex.^a pelo pronunciamento e dizer que ele nos deixa um grande legado. Um legado que, realmente devemos seguir, que é trabalhar, cada vez mais, buscando a paz no mundo. Esperamos que todos nós possamos sentir um pouco do legado deixado pelo Papa Francisco e fazermos um pouco, cada um a sua parte na construção de um mundo melhor.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado, Deputada Luciana. O Papa Francisco foi o papa dos pobres, acolheu a minoria. O primeiro papa latino-americano, que nos ensinou muito a unir o discurso à prática, a fé à ação, coração e a razão. É por isso que temos manifestações de vários líderes políticos do mundo, de matizes políticas diferentes, de inúmeros religiosos, de várias religiões distintas e de cidadãos comuns que choram pela perda desse Papa, mas que deixa um legado indiscutível. E que a gente inspire na política as ações do Papa Francisco de acolher aqueles que estão fora ao orçamento do Estado, de fazer



política para aqueles que por primeiro mais precisam. É dar prioridade, Deputado Anibelli, de fato, no orçamento, àqueles que nunca foram assistidos ou pouco assistidos em detrimento daqueles que estão incluídos no orçamento. Foi, sim, um papa político, lutou contra o sistema econômico mundial, colocou sempre a preocupação de o dinheiro ser subordinado à vida. Que o Papa Francisco continue na paz que ele sempre pregou e descanse com ela. Viva o Papa Francisco!

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela Liderança do Governo, próximo orador: Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Presidente, Mesa, Deputados e Deputadas, quero desejar uma semana abençoada para todos nós. Mas quero, também, me somar às manifestações de pesar ao nosso Papa. Não sai da nossa cabeça aquele rosto angelical, aquela figura humana querida que deu voz a todos os segmentos da sociedade. Não sei se vamos ter ou se vou ver ainda, neste plano, algum outro papa com tanto carisma, com tanto carinho pelo ser humano. Sinceramente parecia uma pessoa da nossa família. As causas que o Papa abraçou eram causas de um homem corajoso, uma pessoa que fez tremer o Vaticano com suas manifestações de respeito a todos os segmentos, não importa. Então fica aqui o nosso carinho, o nosso respeito, a nossa valorização. E temos que seguir seus exemplos, em tudo. Talvez, se seguirmos os exemplos dele, vamos ter um mundo melhor. Um dos exemplos que ele mais contribuiu, que ele mais falou foi o combate à fome no mundo. Nós temos milhões de irmãos nossos que neste momento estão em uma casa passando fome, ou estou errado? Infelizmente. São milhões de pessoas que olham para seus filhos sentados em uma cadeira, em uma mesa, Deputada Cloara, que não têm o que oferecer. Pergunto: será que tem alguma coisa mais triste do que isso? Será? Será que tem uma coisa mais triste do que passar uma Páscoa e não poder dar uma caixinha de chocolate para seu filho? Pois são muitos. Muitos e muitos que não têm essa condição. O que cabe a nós aqui, nesta terra, é tentar ajudar. E aqui não quero ser



piegas, não quero ser demagogo, nada, mas quero aqui dizer que represento um Governo aqui que olha com muito carinho, com muito respeito pelos nossos irmãos e vou citar só um exemplo, o exemplo das nossas escolas. As nossas escolas, Deputada Mabel, têm três refeições por período. Vocês sabem disso. Três refeições com carne em cada período fazendo com que todos os alunos se sintam de forma igualitária. Três por período. Então quero aqui deixar minha mensagem que o nosso Governo pratica isso no seu dia a dia, quando damos a oportunidade dos nossos alunos, dos nossos professores, dos nossos diretores de conhecerem o mundo através de um programa sério do Governo do Estado do Paraná. Quando os nossos alunos têm acesso à informática... Eu, quando estudava, o que a gente tinha? A cartilha *Caminho Suave* – os mais velhos vão lembrar, o Romanelli vai lembrar, o Lemos também, não é, Lemos? *Caminho Suave*, os mais idosos, desculpa. Mas aqui fica o nosso abraço, o nosso carinho. Sr. Presidente, Alexandre Curi, quinta-feira é um dia importantíssimo. Anota aí na sua caderneta: quinta-feira pode ser um dia histórico? Pode. Vai acontecer o seguinte, Deputado Traiano, o senhor que perguntou: a Bancada dos meus colegas do PT que está aí capitaneada pelo Deputado Arilson, marcou uma reunião com a Ministra Gleisi, em Brasília, o qual agradeço muito publicamente. E nessa reunião vai ser tratada a Rodovia da Morte. O senhor já ouviu falar da Rodovia da Morte? A Rodovia da Morte é a 476 que liga União da Vitória, São Mateus, Lapa. Essa é a Rodovia da Morte: cada bordoada é cinco mortos, cada bordoada é, aproximadamente, esse número de pessoas que morrem. E é uma violência, é um absurdo o que está acontecendo com essa rodovia. E nós queremos o quê? O apoio de vocês. A Ministra Gleisi vai nos atender. Nós queremos que ela libere a rodovia para ser delegada ao Estado do Paraná, a exemplo do que foi feito com a Rodovia 280, Deputado Guerra, na sua região – Palmas, Pato Branco e as outras cidades lá. Queremos esse apoio e tenho certeza que esse apoio que estou recebendo agora, Arilson e todos os colegas, vai ser muito importante. Deputado Evandro.



Deputado Evandro Araújo (PSD): Quero também me dirigir ao Deputado Arilson Chiorato, na fala de V.Ex.^a, estamos tendo alguns problemas por ocasião já dos lotes de pedágio que já estão funcionando. Temos problemas, continuamos a ter problema com moradores que estão próximos às praças de pedágio, moradores em áreas lindeiras às praças de pedágio. Ainda temos dois lotes para serem leiloados. Penso que ainda dá tempo de a gente, pelo menos nesses dois lotes de repente, rever alguma situação em relação a esses moradores. Estamos recebendo reclamações já, algumas praças não estão operando ainda, mas, assim que operarem, virá aqui na Assembleia um movimento forte em relação a isso. Penso, Deputado Hussein, que podemos levar talvez nessa mesma ocasião – não querendo misturar as pautas, que é uma pauta muito positiva –, mas também pedir ao Deputado Arilson que intermediasse uma reunião no Ministério para que pudéssemos tratar desse assunto, que nós já tentamos tratar em outro momento e que não tivemos sucesso. Mas agora já temos o problema diante dos nossos olhos e temos que enfrentar. Fica esse registro porque é algo que será inevitável nos próximos anos esta Casa tratar.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado pela intervenção. Da minha parte, dependo apenas da autorização dos Deputados que marcaram a reunião – não fui eu que marquei. Seria deselegante ir lá e eu levar um outro assunto, por mais importante que ele seja e é um assunto importante. Mas se V.Ex.^a obtiver autorização dos que estão marcando a reunião, da minha parte, zero de problema. Só para finalizar, gostaria então de dizer que teremos uma audiência importantíssima. Tomara que dê certo, tomara que eles possam delegar essa rodovia para o Estado do Paraná, porque, certamente, todos nós que estamos aqui estaremos salvando vidas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.



[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Doutor Antenor (PT), Doutor Leonidas (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fábio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL) Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Mauro Moraes (UNIÃO), Matheus Vermelho (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Nelson Justus (UNIÃO), Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Requião Filho, Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL), Reichembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Bührer (UNIÃO) (53 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Soldado Adriano José (PP), (1 Parlamentar).]

Projetos regularmente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 241/2025**, da Deputada Cristina Silvestri, que concede o título de utilidade pública à APAC – Associação de proteção aos Animais de Candói; **Autuado sob o n.º 242/2025**, do Deputado Ney Leprevost, que institui as diretrizes e objetivos para a criação da política estadual de conscientização, orientação e assistência as pessoas com doenças



inflamatórias intestinais – Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa, no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 243/2025**, do Deputado Ney Leprevost, que institui as diretrizes e os objetivos para a criação da política estadual de prevenção de quedas entre pessoas idosas no Estado do Paraná e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 244/2025**, do Deputado Requião Filho, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor James Alberti; **Autuado sob o n.º 245/2025**, do Deputado Cobra Repórter, que institui a campanha permanente de conscientização, educação e mobilização para a redução do lixo urbano; **Autuado sob o n.º 246/2025**, da Deputada Cantora Mara Lima, que institui o Dia Estadual de Prevenção ao Afogamento Infantil.

Antes de iniciar a Ordem do Dia, esta Presidência comunica que a Assembleia do Paraná decretou luto oficial de três dias pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco. Solicito a todos que façamos, neste momento, um minuto de silêncio.

(Respeitou-se um minuto de silêncio.)

Passamos aos Itens da pauta.

Temos quatro Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 763/2023, de autoria da Deputada Cloara Pinheiro, que dispõe sobre a prioridade no atendimento às pessoas portadoras de Diabetes Mellitus nos estabelecimentos de saúde no Estado do Paraná.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 1/2025, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Ofício n.º 110/2025, que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Castro.



ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 90/2025, de autoria do Deputado Thiago Bührer, que concede o título de utilidade pública à Associação Para Vida Sem Drogas, com sede no município de São José dos Pinhais.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 97/2025, de autoria da Deputada Cloara Pinheiro, que concede o título de utilidade pública à Associação de Voleibol Ibirapuã, situada no município de Ibirapuã, Estado do Paraná.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 5 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 451/2023, de autoria da Deputada Mabel Canto e do Deputado Ney Leprevost, que Institui o “Novembrinho Azul”, a ser realizado, anualmente, em novembro, para promover campanha de conscientização e ações de proteção da saúde de meninos de até 15 anos de idade. Parecer favorável da CCJ, com emenda e Comissão de Saúde Pública. Vamos apreciar o Projeto, ressalvada a Emenda da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Questão de ordem, Sr. Presidente. Gostaria de convidar todos os membros da Comissão de Agricultura e Pecuária para, após a Sessão Plenária, uma reunião na Sala Arnaldo Busato. Bem rápido, por favor, é muito importante.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Esta Presidência agradece a presença do Vereador de Campo Largo, Sr. Gustavo Torres, por solicitação da Deputada Maria Victoria; dos Vereadores de São Sebastião da



Amoreira, Sr.^s Wanderley Nobrega, Devair Crispim, Nelson Ferreira, Ney Zacarias e Mestre Rafael, por solicitação do Deputado Alexandre Amaro. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho e Ricardo Arruda (43 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Cantora Mara Lima, Gugu Bueno, Luis Corti, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (11 Deputados).]** Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 451/2023.**

Vamos apreciar agora a Emenda da CCJ. Em discussão a Emenda. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Os colegas que ainda não votaram, o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam os Deputados Anibelli, Marcio Pacheco, Renato Freitas, Samuel Dantas, Goura, Gugu Bueno? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão**



Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (49 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Goura, Luis Corti, Marcio Pacheco e Soldado Adriano José (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovada a emenda.

ITEM 6 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 307/2024, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que institui o Dia dos Heróis Paranaenses e cria o Livro Memorial Oficial dos Heróis do Paraná. (**Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1**, dos Deputados Hussein Bakri, Alisson Wandscheer, Gilberto Ribeiro, Márcio Pacheco, Marcelo Rangel, Márcia Huçulak, Luiz Cláudio Romanelli, Moacyr Fadel, Maria Victória e Alexandre Curi.) **O Projeto recebeu Emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 7 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 105/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera a Lei n.º 17.826, de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública a entidades no Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Os colegas que ainda não ouviram, o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:

[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (49 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Goura, Luis Corti, Nelson Justus e Soldado Adriano José (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 105/2025.**

ITEM 8 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 112/2025, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ofício n.º 326/2025, que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Cerro Azul. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante doação ao município de Cerro Azul. Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”, pessoal.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:

[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (47 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Goura, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Nelson Justus e Soldado Adriano José (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 112/2025.**

ITEM 9 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 225/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 25/2025, em Regime de Urgência, que aprova crédito adicional especial, alterando o vigente Orçamento Fiscal do Estado. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, esse recurso se destina à implantação de um programa destinado com recursos do Governo Federal. Pedimos o voto “sim”.



DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Alexandre, você conhece aquela música que dizia assim: *“Me largue, me deixe, não me segure, estou correndo, estou com pressa. Vou votar no Aníbal Khury”*. Lembra?

DEPUTADO ALEXANDRE CURI (PSD): Mil novecentos e noventa e dois.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É. Obrigado, desculpa, Denian, atrapalhar vocês.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, registro o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (47 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Batatinha, Goura, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Renato Freitas e Soldado Adriano José (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei nº 225/2025.**



Devidamente registrado o voto do Deputado Luís Corti.

ITEM 10 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 80/2025, de autoria do Deputado Matheus Vermelho, que concede o título de utilidade pública à Associação dos Moradores, Amigos dos Idosos, Esportivos, Cultural dos Bairros Laranjeiras, Karla, Petrópolis, Estrela, Paraná, Belvedere I e II e Porto Seguro, com sede no município de Foz do Iguaçu. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, o voto é “sim”, voto ao Projeto do distinto colega.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam os Deputados Luís Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nelson Justus, Professor Lemos, Wilmar Reichembach, Evandro, Tito, Denian, Cantora Mara Lima e Bazana? Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (50 Deputados);*



Não Votaram: Alexandre Curi, Goura, Nelson Justus e Soldado Adriano José (4 Deputados).] Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 80/2025.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 780/2025, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Cel. Hudson Leônicio Teixeira, conforme específica. **Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 778/2025, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de Moção de Apoio à Resolução n.º 2.427, de 8 de abril de 2025, do Conselho Federal de Medicina (CFM), que estabelece critérios éticos e técnicos para o atendimento médico a pessoas com incongruência e/ou disforia de gênero, proibindo procedimentos cirúrgicos de transição de gênero em crianças e adolescentes; **Requerimento n.º 779/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. Carlos Alberto Gebrim Preto, e ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Roni Miranda Vieira, requerendo adoção de providências administrativas para a regulamentação do fornecimento de exames gratuitos de testes de acuidade visual e auditiva para os estudantes da rede pública, previstos em leis ordinárias vigentes e na Constituição do Estado do Paraná conforme específica; **Requerimento n.º 781/2025**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio expediente ao Secretário de Estado da Educação, requerendo



o atendimento à demanda de contratação de profissionais de apoio para o Colégio Estadual Castro Alves, no município de Quedas do Iguaçu; **Requerimento n.º 782/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de Moção de Apoio à tramitação e aprovação da PEC n.º 76/2019, que altera a Constituição Federal, para incluir as polícias científicas no rol dos órgãos da Segurança Pública; **Requerimento n.º 783/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Natália Muller da Rocha, ocorrido no dia 29 de março, no município de Ponta Grossa; **Requerimentos n.ºs 784 a 788/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Sr.^a Lúcia Cherobim Trombini, ocorrido no dia 13 de abril; Sr. Urandy Ribeiro do Val, ocorrido no dia 3 de abril; Dr. Antonio Celso Nunes Nassif, ocorrido no dia 2 de abril; Sr. Fernando Sicuro, ocorrido no dia 3 de abril; e Sr.^a Rose Marques; **Requerimento n.º 789/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, Sr. Márcio Nunes, requerendo a análise e viabilidade para a reativação da Feira Internacional da Indústria e Agropecuária - Expotiba, também conhecida como Feira do Paraná, no Parque Castelo Branco; **Requerimentos n.ºs 790 a 793/2025**, do Deputado Adão Litro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa a: Professor Luiz Fernando Viaro, pela excelente trajetória como treinador de Vôlei de Praia; Gabriel Ramos; Gabriel Minski; e Bruno Felipe Lobo Silva de Souza; **Requerimento n.º 794/2025**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Carlos Jacob Hepp, ocorrido no dia 10 de março, em Curitiba; **Requerimentos n.ºs 795 e 797/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa: aos pilotos pioneiros na prática do drift no Brasil e fomentadores da prática desportiva no Estado do Paraná, Sr.^s Márcio Hashimoto e Robson Okamura; e aos valorosos policiais relacionados, pelos brilhantes serviços prestados no combate e ao enfrentamento ao crime organizado e na proteção à população paranaense, Sr.^s 2.^º Sgto. Carlos Augusto Ferreira Lopes, e os Soldados Iury Henry Rietow e



Cristian Rapahel da Silva Fernandes Medeiros; **Requerimento n.º 796/2025**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa para o atleta Yuri Gabriel Lopes, pela conquista do 3.º lugar no Campeonato Brasileiro de Sinuca Sub -21, realizado em Caxambu (MG); **Requerimento n.º 798/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao 13.º Batalhão da Polícia Militar, requerendo providências para a análise e viabilidade do aumento de rondas no bairro do Portão; **Requerimento n.º 799/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e para a Secretaria Municipal de Obras Públicas (SMOP), requerendo providências para a análise e viabilidade de implantação de acessos viários entre a Rua Eduardo Pinto da Rocha para a Rodovia do Café (Governador Ney Braga) no Bairro Ganchinho; **Requerimento n.º 800/2025**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de votos e congratulações à Federação das Indústrias do estado do Paraná (FIEP), na pessoa do seu Presidente, Sr. Edson Vasconcellos, pela iniciativa de criação de ferramenta voltada a acompanhar o cumprimento dos contratos de Concessão Rodoviária em vigor no Estado do Paraná, o Observatório dos Pedágios; **Requerimento n.º 801/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Ministério da Saúde e a Agência de Vigilância Sanitária – Anvisa, requerendo providências para avaliar e suprir a falta do medicamento Gardenal, princípio Ativo Fenobarbital, que se encontra em falta nas farmácias da cidade e Curitiba; **Requerimento n.º 802/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de Moção de Apoio à criação de Exame Nacional de Proficiência em Medicina, proposto pelo Projeto de lei Federal n.º 2.294/2024, iniciativa que tem o respaldo da Associação Médica Brasileira (AMB), da Associação Médica do Paraná (AMP) bem como de diversas Sociedades de Especialidade Médica em todo o País; **Requerimento n.º 803/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de Moção de Apoio à tramitação e aprovação do projeto de Lei n.º 2.734/2021, que garante isonomia no Porte de Arma para a Advocacia; **Requerimento n.º 804/2025**, do



Deputado Denian Couto, solicitando o registro e o envio de menção honrosa e com votos de louvor e congratulações em homenagem ao Conselho Nacional da Segurança Privada - CONASEP; **Requerimento n.º 805/2025**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Diretor do DER/PR, Sr. Fernando Furiatti Saboia, requerendo a reativação da Linha do Transporte Metropolitano entre os municípios de Nova Fátima e Cornélio Procópio, em horários destinados a atender os trabalhadores que residem em um município e exercem suas atividades profissionais no outro; **Requerimentos n.os 806 a 808, 810 a 815, 824 e 825/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações: à Paróquia Imaculada Conceição, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses, especialmente no fortalecimento da Fé, na promoção da solidariedade e contribuição para o desenvolvimento social e espiritual da comunidade e por ocasião da celebração dos seus 60 anos da sua fundação; ao Buffet Du Batel, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na promoção de eventos e por ocasião da celebração dos seus 40 anos da sua fundação; ao Padre Silvio Roberto, fundador e Diretor da Casa Pró-Vida Mãe Imaculada, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses no exercício do sacerdócio e pela promoção da proteção à Mulher Grávida e ao Bebê em Gestação; a Margie Margarida Gandara Rauen e Andréia Schaach Fey, pela organização, publicação e divulgação do Livro Mulheres nas Artes, Letras, Ciências e em Cotidianos no Paraná, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área das Artes, Letras, Ciências e Cultura no Estado do Paraná; ao Instituto de Oncologia do Paraná - IOP, pelos relevantes serviços prestados na área da Saúde e por ocasião da celebração dos 30 anos de sua fundação; ao Bar do Tinho, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na promoção da Cultura Popular, preservação das tradições locais e por ocasião da celebração dos 80 anos de sua fundação; a Chiquinho Sorvetes da Praça Osório, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na promoção da Gastronomia, na geração de empregos, ao incentivo à Economia local e pela celebração dos 2 anos da sua fundação; ao Clube Curitibano, pelos relevantes



serviços prestados aos paranaenses na promoção da Integração Social, do Esporte, da Cultura e pela celebração dos 143 anos da sua fundação; ao Dr. Paulo Mudrovitsch de Bittencourt, em reconhecimento aos significativos serviços prestados na área da Medicina e pela conquista de 29 medalhas (Ouro, Prata e Bronze) em competições de Natação Amadora ao longo do ano de 2024; Sr. Erik Daniel Holm Correa da Silva, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na promoção do esporte como atleta de Fisiculturismo Adaptado; ao Grupo Tesão Piá, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na promoção da cultura curitibana do humor e por ocasião da celebração dos seus 13 anos da sua criação; **Requerimento n.º 809/2025**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná - Amep, requerendo informações sobre a iluminação dos pontos de ônibus; **Requerimento n.º 816/2025**, dos Deputados Marli Paulino, Doutor Antenor, Alisson Wandscheer, Gilberto Ribeiro, Cloara Pinheiro, Artagão Junior, Márcia Huçulak, Goura e Samuel Dantas, requerendo envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, requerendo a adoção de medidas que visam prevenir e combater, enchentes e inundações no âmbito do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 826/2025**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento de Luiz Carlos Chacon de Oliveira, ocorrido no dia 15 de abril; **Requerimento n.º 835/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de expediente para Senadores da República e Deputados Federais do Estado do Paraná.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 828/2025**, do Deputado Paulo Gomes, requerendo a indicação do Deputado Paulo Gomes como membro titular e o Deputado Matheus Vermelho como membro suplente da Comissão Especial – COP30; **Requerimento n.º 829/2025**, do Deputado Gilson



de Souza, requerendo a indicação da Deputada Cantora Mara Lima como membro titular para compor a Comissão Especial de Saúde; **Requerimento n.º 830/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, requerendo a indicação do Deputado Goura como membro titular e do Deputado Arilson Chiorato como membro suplente da Comissão Especial COP-30; **Requerimento n.º 831/2025**, dos Deputados Delegado Tito Barichello e Alexandre Curi, requerendo a inclusão do Deputado Alexandre Curi como coautor do Projeto de Lei n.º 223/2025, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello; **Requerimento n.º 832/2025**, dos Deputados Soldado Adriano José e Delegado Jacovós, requerendo a inclusão do Deputado Soldado Adriano José como coautor do Projeto de Lei n.º 47/2025, de autoria do Deputado Delegado Jacovós; **Requerimento n.º 833/2025**, dos Deputados Professor Lemos, Gugu Bueno e Evandro Araújo, requerendo a inclusão do Deputado Professor Lemos como coautor do Projeto de Lei n.º 993/2023, de autoria dos Deputados Evandro Araújo e Gugu Bueno; **Requerimento n.º 834/2025**, dos Deputados Flávia Francischini, Cristina Silvestri, Maria Victória, Ney Leprevost, Requião Filho, Delegado Tito Barichello, Cloara Pinheiro, Luiz Cláudio Romanelli, Doutor Leônidas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Delegado Jacovós, Gugu Bueno e Jairo Tamura, requerendo a inclusão dos Deputados relacionados como coautores do Projeto de Lei n.º 561/2024, de autoria da Deputada Flávia Francischini.

Justificativas de ausências.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 817/2025**, do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 2 de abril de 2025; **Requerimento n.º 821/2025**, do Deputado Artagão Junior, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19 de fevereiro de 2025; **Requerimento n.º 822/2025**, do Deputado Doutor Antenor, apresentando justificativa de ausência na Sessão



Plenária do dia 15 de abril de 2025; **Requerimento n.º 823/2025**, do Deputado Samuel Dantas, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19 de março de 2025; **Requerimento n.º 827/2025**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 1.º de abril de 2025.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 818/2025**, do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 7 de abril de 2025; **Requerimento n.º 820/2025**, do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 14 de abril de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado): **Requerimento n.º 819/2025**, do Deputado Bazana, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 8 e 9 de abril de 2025.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro presente Sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 23, no horário regimental, 9h30, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 451/2023 e 80/2025; 2.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 125/2023, 105/2025, 112/2025 e 225/2025; 1.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 66/2025 e 158/2025 e dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 3/2025 e 5/2025; e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 701/2023 e 128/2025 e 208/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h09, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)